

DE VOLTA PARA O FUTURO

A RETOMADA E A RELEVÂNCIA DO ANARQUISMO, DO ANARCOSSINDICALISMO E DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO PARA A ESQUERDA E OS MOVIMENTOS DE TRABALHADORES DO SÉCULO XXI¹

Lucien van der Walt

*Liberdade sem socialismo é privilégio, injustiça;
socialismo sem liberdade é escravidão e brutalidade*
Mikhail Bakunin

Este artigo examina a retomada contemporânea da política e dos movimentos anarquistas, anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionários, e a relevância da tradição de Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin para os movimentos de trabalhadores e a esquerda do século XXI. A crise das grandes tradições “progressistas” do final do século XX – o

¹ **Nota sobre a utilização terminológica e tradução deste artigo:** Neste artigo, o termo “syndicalism” poderia ter sido traduzido simplesmente como “sindicalismo”. Entretanto, minha preferência, como editor e revisor, – foi traduzir “syndicalism” como “sindicalismo de intenção revolucionária”. Utilizo como justificativa para tanto um texto em que Kauan W. dos Santos e Rafael V. da Silva, citando um trecho meu, afirmaram: “Fazemos isso [traduzir ‘syndicalism’ como ‘sindicalismo de intenção revolucionária’] não no intuito de criar um novo conceito, nem de evitar a utilização do termo ‘sindicalismo revolucionário’, mas de dar uma solução a uma limitação concreta da língua portuguesa. [...] Nossos interlocutores que se comunicam em inglês possuem os termos ‘syndicalism’ e ‘unionism’ [...] para designar dois tipos distintos de sindicalismo. O primeiro refere-se às formas revolucionárias de sindicalismo (que incluem o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo) que, segundo entendemos, foram e são estratégias de massas da tradição anarquista. O segundo refere-se tanto ao sindicalismo anterior ao anarquismo, quanto ao sindicalismo reformista, desenvolvido em países como Inglaterra e Estados Unidos e que foi chamado, em algumas ocasiões, de ‘trade-unionismo’ ou simplesmente ‘unionismo’. Como em geral não há rigor nessa distinção no Brasil, onde se chama muitas vezes o ‘trade-unionismo’ ou ‘unionismo’ simplesmente de ‘sindicalismo’, e como entendemos ser muito substancial a distinção entre sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo, tentamos com essa expressão encontrar um sinônimo para o ‘syndicalism’ anglófono, que abarque tanto o sindicalismo revolucionário quanto o anarcossindicalismo. Escolhemos ‘sindicalismo de intenção revolucionária’, dando continuidade a utilizações anteriores de pesquisadores de nossa corrente, mas poderíamos ter escolhido ‘formas revolucionárias de sindicalismo’ ou outros termos.” Numa “Nota preliminar sobre os termos”, que abria originalmente o artigo “Anarquismo Global e Sindicalismo de Intenção Revolucionária: teoria, história e resistência”, Lucien van der Walt também discutiu a questão, colocando: “Deve-se observar que, quando uso o termo ‘sindicalismo de intenção revolucionária’ (syndicalism), eu o faço no sentido da língua *inglesa*, de acordo com o significado restrito de sindicalismo revolucionário e/ou de anarcossindicalismo; não na acepção das línguas românicas ou latinas, com o significado amplo de sindicalismo (unionism) [que inclui o sindicalismo reformista ou tradeunionismo]. Quando me refiro apenas ao ‘anarquismo’, quase sempre incluo o ‘sindicalismo de intenção revolucionária’ (tanto o sindicalismo revolucionário quanto o anarcossindicalismo) como *variante* dessa ideologia. O sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo são formas específicas de sindicalismo (unionism), no sentido genérico, enraizadas na tradição anarquista, *estratégias* do anarquismo e não ideologias ou movimentos distintos.” Algumas vezes, como no caso deste título, por questão de forma, os termos “syndicalism” e “syndicalist(s)” são também traduzidos como “anarcossindicalismo e sindicalismo revolucionário” e “anarcossindicalista(s) e sindicalista(s) revolucionário(s)”. Não se trata de uma questão de preciosismo, mas, sem esse procedimento, e traduzindo “syndicalism” como “sindicalismo”, inúmeras afirmações do texto ficariam equivocadas, anacrônicas etc. (N. E.)

marxismo clássico, a socialdemocracia e o nacionalismo anti-imperialista – diante da crise econômica global, da globalização do capital, da inquietação popular, e de uma ordem geopolítica em transformação, é, fundamentalmente, uma crise de projetos construídos em torno de um Estado capacitador. Isso aponta para a necessidade de uma política de esquerda que se distancie do Estado e se expresse numa retomada dos modelos antiestatistas da política radical dos últimos 20 anos, sobretudo o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária. O movimento contemporâneo se vale de um corpo rico de teorias e de práticas anarquistas de trabalhadores, movimentos anti-imperialistas e de direitos civis, que remonta à década de 1860: até meados dos anos 1950, o anarquismo, o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário eram movimentos de massa, por vezes mais fortes que seus rivais marxistas, e novamente voltam a ter esse potencial. Este artigo delinea, por meio de uma análise teórica e histórica, as ideias centrais do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária, incluindo: a luta contra a utilização do Estado, a crítica do capitalismo e o vínculo indissociável entre Estado e capital; o argumento acerca da incompatibilidade entre o controle estatal e as formas de democracia de base; o argumento de que a recusa e os protestos são insuficientes, e que devem ser traduzidos numa capacidade popular organizada para uma ruptura decisiva e coordenada; a necessidade de construir, através de lutas imediatas e modestas, órgãos democráticos que prefigurem o contrapoder e disseminem a contracultura revolucionária, como base para essa transição rumo a um futuro justo, baseado na coletivização levada a cabo de baixo para cima; a centralidade dos sindicatos revolucionários visando ao controle dos locais de trabalho para esse projeto; sua luta em favor de uma comunidade humana universal e sem classes, baseada na propriedade comum, na distribuição comunista, na autogestão, na planificação participativa e na democracia sem Estado.

* * *

No final do século XX, viu-se o colapso dos modelos “progressistas” dominantes: o Estado de bem-estar keynesiano, associado à socialdemocracia e ao “primeiro mundo”; as economias estatais de planificação centralizada, associadas aos governos marxistas e ao “segundo mundo”; e a industrialização por substituição de importações, associada aos nacionalistas do “terceiro mundo”.² (Walton e Seddon, 1994; van der Walt, 2005) As crises

² Utilizo esses termos sem grande precisão: conforme dissemos em outro artigo, esses termos – particularmente “terceiro mundo” – são problemáticos por uma série de motivos. (Cf., por exemplo: Hirsch e Van der Walt, 2010a: xxxiii)

desses modelos tinham raízes estruturais profundas, dentre elas uma crise econômica global, a globalização do capital, a inquietação popular e uma ordem geopolítica em transformação. (van der Walt, 2015) Posteriormente, provou-se ser impossível reviver os velhos modelos; o neoliberalismo, em diversas variantes e em diferentes níveis, tornou-se o principal modelo no mundo todo. A socialdemocracia, o marxismo clássico e o nacionalismo continuam sendo forças poderosas, mas os projetos estatistas com os quais os três foram associados têm sido cada vez mais considerados fracassados.

Uma das consequências do fracasso dos “três mundos” é uma crise de boa parte dos projetos de esquerda: uma vez que o “Estado capacitador” era central para os projetos de transformação da socialdemocracia, do marxismo clássico e do nacionalismo anti-imperialista, o fim desse “Estado capacitador” também significou uma crise da política radical de orientação estatista. (Taylor, 1991: 214-228) No entanto, isso também significou que uma atenção renovada foi dada a modos de política radical e de esquerda que enxergavam além do Estado, e além do estatismo. Portanto, numa mesma época vemos importantes sinais de uma nova política: o colapso das certezas oficiais, encarnadas nos Estados e nas burocracias, e do período bipolar da Guerra Fria – em que as posições do “terceiro campo” lutavam para sobreviver –, levou a uma notável abertura de espaços para a renovação e a imaginação ideológicas.

A recente retomada da tradição do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária, em termos de uma presença crescente como influência difusa em um amplo espectro de movimentos por todo o mundo, assim como em termos de organizações formais anarquistas, anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionárias, é uma importante e promissora resposta a essa situação. O início do século XXI indica um retorno do anarquismo ao status de uma importante corrente de oposição. Os anarquistas são centrais para “os movimentos mais determinados e combativos” contra a globalização capitalista (Meyer, 2003: 218); a maioria dos principais organizadores do Occupy Wall Street eram anarquistas engajados, mesmo que muitos recusassem o rótulo por questões de relações públicas (Bray, 2013: 3)³; hoje, em Rojava, na Síria, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) – tradicionalmente um movimento marxista-leninista de libertação nacional, mas desde os anos 1990 cada vez mais vinculado ao “confederalismo democrático”, associado ao falecido revolucionário norte-americano Murray Bookchin, que foi profundamente influenciado pelo anarquismo – vem implementando um sistema de autogoverno sem Estado (Ross, 2015).

³ Este estudo, feito por um participante, demonstra que 72% dos organizadores do Occupy Wall Street se consideravam explicitamente anarquistas ou defendiam políticas implicitamente anarquistas.

Sem dúvida, a tradição anarquista em sentido amplo, incluindo o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário, hoje também exerce considerável influência nos movimentos contemporâneos, ao defender os direitos dos imigrantes, as organizações e as reformas culturais dos trabalhadores. É importante notar que o movimento contemporâneo se vale – ainda que por caminhos diversos – de um rico corpo teórico e prático dos movimentos de trabalhadores, anti-imperialistas e de direitos civis iniciados nos anos 1860. Frequentemente se esquece que, até os anos 1950, o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária eram movimentos de massa, às vezes mais fortes que seus rivais marxistas – situação que, novamente, vem sendo retomada. Benedict Anderson nos recorda que, por muito tempo, eles foram “o elemento dominante na esquerda radical internacionalista e autoconsciente”, “o principal veículo da oposição global ao capitalismo industrial, às autocracias, ao latifundiário e ao imperialismo”. (Anderson, 2006: 2, 54) Eric Hobsbawm, por sua vez, admite que, antes de 1917, “o movimento revolucionário” era fortemente “anarcossindicalista”. (Hobsbawm, 1993: 72-73)

Conforme sustento neste artigo, o anarquismo e sua variante sindical, o sindicalismo de intenção revolucionária, têm muito a contribuir para a renovação de um projeto de transformação radical. Este artigo discute a relevância da abordagem anarquista, anarcossindicalista e sindicalista revolucionária para as lutas contemporâneas, e para a retomada dos movimentos de trabalhadores e de esquerda; e delinea algumas das ideias principais do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária, indicando sua importância histórica como conjunto de ideias vivas e envolvidas nas lutas populares. O artigo também analisa os conceitos anarquistas de classe e Estado, como base para uma avaliação crítica dos modelos estatistas.

Defendo aqui que o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária podem contribuir para o projeto de criar uma sociedade baseada em indivíduos livres em cooperação. Eles buscam a reconstrução revolucionária da família como lugar de liberdade e cooperação ou onde as pessoas escolham formas inteiramente novas de vida privada; o controle democrático dos meios de produção, de coerção e de administração, colocando-os nas mãos de toda a humanidade por meio de conselhos de trabalhadores e comunitários, e em oposição às corporações e aos Estados; por fim, a autogestão do trabalho, o desenvolvimento de um planejamento econômico global, realizado de baixo para cima, através de um processo de

planificação participativa, e a distribuição de recursos essenciais com base na necessidade, e não nos mercados.⁴

O PASSADO NO PRESENTE: REVISITANDO A RETOMADA CONTEMPORÂNEA GLOBAL DO ANARQUISMO

A influência anarquista nas lutas “antiglobalização” contemporâneas ocorridas no ocidente (Epstein, 2001: 1-14), assim como no movimento “Occupy” (Bray, 2013: 3), tem sido amplamente reconhecida, mas seria um erro reduzir essa retomada do anarquismo ou do sindicalismo de intenção revolucionária a uma influência informal sobre os movimentos, ou nos protestos ocidentais.

Em grande medida despercebida em boa parte da literatura sobre a retomada do anarquismo, do anarcossindicalismo e do sindicalismo revolucionário, é a crescente importância dessa tradição como uma corrente dos trabalhadores organizados e um movimento no mundo colonial e pós-colonial.

A literatura mais influente sobre a retomada do anarquismo segue uma cronologia baseada, implícita ou explicitamente, em seus desenvolvimentos nos EUA e na Europa Ocidental, interpretando a retomada global do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária apenas nessas regiões. Além do mais, essa literatura se concentra nas influências anarquistas sobre o setor radical do movimento “antiglobalização” ocidental⁵, que surgiu no final dos anos 1990, o que significa datar essa retomada a partir do fim dos anos 1990 e enxergar o anarquismo contemporâneo como uma influência difusa, principalmente expressa em termos de um sentimento anticapitalista e uma ênfase na organização de baixo para cima, e não como uma corrente programática e coerente. Embora fale em retomada do anarquismo, essa literatura também tende a estabelecer uma diferença marcante entre o anarquismo “clássico”, geralmente visto como algo que morreu nos anos 1930, e o “novo” anarquismo dos anos 1990.

O efeito dessas análises, amplificado como foi pela divisão global da produção do conhecimento, em que artigos ocidentais e sobre o ocidente exercem uma influência desproporcional, tem sido, ironicamente, diminuir a retomada contemporânea do anarquismo, a distorção de boa parte de seus aspectos centrais, e o estabelecimento de uma distinção

⁴ Talvez com medidas de recompensa por esforço ou resultado. Cf. por exemplo, as discussões em Guérin (1970: 49-54). Há bastante literatura anarquista sobre planificação participativa, e essa é a posição oficial da maioria das organizações (Cf., por exemplo, National Confederation of Labour, [1 de maio de 1936] s/d.: 3-7).

⁵ Como observa David Graeber (2002: 63), muitos ativistas nesses movimentos rejeitaram o rótulo por não captar seus compromissos antineoliberais e internacionalistas.

enganosa entre o anarquismo atual e o anarquismo histórico – e o sindicalismo de intenção revolucionária. Em outras palavras, existe certo eurocentrismo em muitos relatos dessa retomada do movimento, uma tendência de apresentar alguns desenvolvimentos como toda a história do anarquismo, do anarcossindicalismo e do sindicalismo revolucionário contemporâneos, e que costuma afirmar a existência de uma ruptura na história que não se sustenta diante uma análise mais detida.

Quando Barbara Epstein falava, em 2001, que o anarquismo era uma grande influência para “os jovens ativistas radicais de hoje em dia”, ela claramente tinha em mente “jovens ativistas” dos EUA envolvidos com o movimento “antiglobalização”. (Epstein, 2001: 1-14) Abordando a ideia de uma ruptura na história anarquista, ela afirma que esses anarquistas “difícilmente se debruçaram sobre as obras de Bakunin”, uma vez que o anarquismo deles era mais uma “sensibilidade” do que uma ideologia, uma sensibilidade que se expressava como anticapitalismo e na organização de baixo para cima. (Epstein, 2001: 1, 13-14)

O clássico relato de 2007, realizado por Uri Gordon, acerca dos bastidores da “impactante retomada” do anarquismo como um “movimento social global” ao longo da “década anterior”, foi também, explicitamente, um estudo das influências anarquistas em movimentos “antiglobalização” no contexto ocidental, basicamente nos EUA. (Gordon, 2007: 29-48) Assim como Epstein, Gordon identificou a retomada do anarquismo em influências anarquistas difusas, muitas vezes informais ou “submersas” em um meio vagamente baseado em redes de contatos (Gordon, 2007: 32-33) e, o mais importante, por meio de um estilo de organização que enfatizava os resultados em aberto, a diversidade, a organização de baixo para cima e a ação direta. Na opinião dele, sua “principal fonte” estava em movimentos que “em seus primórdios nunca foram conscientemente anarquistas”, como a ecologia radical e o feminismo, assim como no “internacionalismo antineoliberal lançado por movimentos no sul global, dos quais o mais reconhecido é o movimento zapatista mexicano”, e a rede da Ação Global dos Povos (AGP), iniciada pelos zapatistas. (Gordon, 2007: 29-30) Esse novo anarquismo era apenas “efemeramente associado” ao anarquismo histórico, que teria sido esmagado nos anos 1940; o anarcossindicalismo e os grupos anarquistas formalmente organizados seriam marginais.

Gordon prossegue sugerindo que o novo anarquismo teria um projeto político mais rico que o anarquismo histórico: “O que distingue mais claramente o anarquismo contemporâneo do anarquismo das gerações anteriores é a generalização do objetivo da luta revolucionária, de ‘Estado e capital’ para ‘dominação’”, uma vez que “os discursos anarquistas de resistência passaram a gravitar em torno de um novo conceito, o de

dominação”. (Gordon, 2007: 36-37) De modo semelhante, em seu volume de 2004 sobre o anarquismo contemporâneo, Jonathan Purkis e James Bowen defenderam que não existe um novo anarquismo associado a novas “críticas do poder”, mas críticas que enfatizam gênero, sexualidade, etnicidade, ecologia e tecnologia, e uma nova ênfase na política das escolhas morais de estilo de vida, como o consumo. (Purkis e Bowen, 2004: 5, 7, 15)

Evidentemente, a influência do anarquismo no final dos anos 1990 e no início dos anos 2000 sobre o movimento “antiglobalização” no ocidente foi, e é, parte importante da história da retomada do anarquismo. Mas o modo como a história dessa retomada foi estruturada, concentrando-se nesse momento particular de sua ressurgência global, reproduz a velha tendência das pesquisas sobre o anarquismo, que tentam ler sua história e sua política exclusivamente na esfera do Atlântico Norte, e não a partir de uma perspectiva verdadeiramente global. Isso é evidente quando se sustenta que a retomada do anarquismo é algo que ocorreu no movimento “antiglobalização”, no ocidente, no fim dos anos 1990; algo que aconteceu exclusivamente naquele ambiente específico.

O que se perde nesse recorte de influências informais é a força crescente do anarquismo, do anarcossindicalismo e do sindicalismo revolucionário como uma corrente, ainda que minoritária, no movimento dos trabalhadores. A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) espanhola, de orientação anarcossindicalista, por exemplo, possui cerca de 70 mil membros, mas graças ao complexo sistema de conselhos de trabalhadores do país, representava quase 2 milhões de trabalhadores em 2004, o que fazia dela a terceira maior organização de trabalhadores da Espanha. (Alternative Libertaire, 2004) A CGT é uma das várias sucessoras diretas da histórica *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), formada na Espanha em 1910 e levada à clandestinidade entre 1939 e 1976, sendo a própria CNT sucessora direta de uma série de sindicatos que remontam à seção espanhola da Primeira Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores, AIT, 1864-1877).

Ao mesmo tempo, a Internacional Sindicalista (IWA-AIT, formada em 1922 após uma ruptura com a Internacional Comunista), possui hoje 16 órgãos afiliados em todo o mundo, dentre os quais importantes sindicatos com milhares de membros. Entre eles estão a Confederação Siberiana do Trabalho (SKT) e a atual CNT espanhola; outras organizações afiliadas e apoiadoras operam na Europa, na América Latina e na Índia. Por sua vez, a CGT está vinculada a outra rede internacional de sindicatos radicais, incluindo, por exemplo, um setor dos radicais italianos do COBAS (*Comitati di Base*, “Comitês de Base”) e está associada a uma série de encontros internacionais de organizações anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionárias: o evento de 2007, em Paris, reuniu 250 delegados, de dezenas de sindicatos

do mundo todo, com os sindicatos africanos representando a maior presença continental. (Confédération Nationale du Travail, 2007a, 2007b). Organizações dessa tradição também vêm operando em países distintos como África do Sul, Argélia, Nigéria e Uganda ao longo dos últimos 20 anos, alguns na IWA, alguns na CGT, e outros na terceira rede sindicalista atualmente ativa, a IWW internacional.

A história contemporânea do anarcossindicalismo e do sindicalismo revolucionário, tanto dentro quanto fora do ocidente, não deveria ser reduzida aos sindicatos formal, explícita ou exclusivamente identificados com essas tradições. Por exemplo, o sindicalismo revolucionário francês é um ponto de referência explícito para os sindicatos independentes das *Solidaires Unitaires Démocratiques* (SUD, Solidários Unificados Democráticos). As ideias e práticas sindicalistas revolucionárias, como sugere uma antologia recente, fazem parte de uma importante retomada do sindicalismo “classista”. (Ness, 2014)

Fora do ocidente, o sindicalismo de intenção revolucionária, seja na forma da atual SKT da Rússia ou dos IWW em Uganda, é, em si mesmo, parte de um crescimento mais amplo do anarquismo no “terceiro” mundo ou no mundo colonial e pós-colonial. Benedict Anderson observou nessa direção:

Hoje em dia não é difícil encontrar grupos muito entusiasmados, mesmo que geralmente (mas nem sempre) pequenos, que se descrevem como anarquistas (ou anarcossindicalistas ou sindicalistas revolucionários), em todo o mundo, especialmente nas áreas urbanas. Ao mesmo tempo, existem poucos lugares onde ainda existem partidos comunistas sérios. (Anderson, 2010: xiii)

O anarquismo continua sendo, por exemplo, um elemento central na atual rebelião da Grécia: com milhares de adeptos ativos em centenas de grupos, tanto nos grandes centros urbanos quanto em cidades e povoados menores por todo o país (Drakonis, 2014), o anarquismo grego contemporâneo é hoje um poderoso movimento, que se vale de uma prática de enfrentamentos contínuos de mais de três décadas, e não é apenas resultado do movimento “antiglobalização” do final dos anos 1990 e do início dos anos 2000.

Assim como na Espanha, a história do movimento grego foi interrompida por longos tempos de ditadura e guerra civil; no entanto, há uma genuína continuidade entre os movimentos do passado e do presente. A ideia de que o anarquismo morreu nos anos 1930 e ressurgiu nos anos 1990 continua a ser sustentada – embora tenha muitos problemas. O anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária continuaram sendo correntes importantes para a classe trabalhadora e para o campesinato em muitos contextos depois de 1939. Esses contextos incluem, por exemplo, a Polônia dos anos 1940; a Bolívia e a China

dos anos 1950; a Argentina, o Brasil, o Chile e a Cuba dos anos 1960; o México e a Coreia dos anos 1970; e importantes retomadas em outras localidades durante as lutas de “1968” e dos anos 1970. (Hirsch e van der Walt, 2010a: 402-404) A *Federación Anarquista Uruguaya* (FAU) continuou sendo uma força importante, desde sua formação em 1956 até o presente, incluindo uma notável participação nas lutas armadas e em sindicatos e movimentos estudantis. (Jung e Díaz, 2006: 7, 30, 50, 64-67, 75-79, 89, 99, 110-115, 132) A abordagem da FAU, chamada de *especificismo*, é hoje uma das grandes influências do anarquismo latino-americano e da rede Anarkismo, formada nos anos 2000 e que em seu auge reuniu mais de 25 organizações de quatro continentes.

Em suma, o papel do anarquismo no movimento “antiglobalização” dos anos 1990 ocorrido no ocidente é apenas parte de uma história muito maior – uma história em que correntes anarquistas, anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionárias, formalmente organizadas, desempenharam um papel central e crucial; os movimentos ocidentais são apenas uma pequena parte de um todo maior.

O que esses exemplos também ilustram são as diversas continuidades diretas entre o anarquismo, o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário históricos, além da atual importância e influência de suas organizações formais. Foi essa continuidade revolucionária que lançou as bases para a insurgência dos anos 1990.

Os contrastes entre o anarquismo histórico e o contemporâneo costumam ser exagerados, por se basearem em generalizações feitas a partir de aspectos muito específicos, essencialmente ocidentais, de uma práxis global complexa. É muito difícil sustentar que, apenas recentemente, a crítica anarquista passou a se preocupar com as relações de poder interpessoais, a opressão de gênero, raça, nacionalidade, o imperialismo, o consumo, a cultura e a ecologia. (Cf. Hirsch e van der Walt, 2010a: 398-401)

Mesmo que o movimento contemporâneo de retomada do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária seja diverso e conte com fraturas e controvérsias, não se pode dizer seriamente que seus temas centrais, como antiestatismo, anticapitalismo, ação direta e democracia direta não estejam baseados no anarquismo que surgiu na Primeira Internacional, associado a figuras como Mikhail Bakunin (1814-1876) e Piotr Kropotkin (1842-1921).

Os movimentos históricos do anarquismo, do anarcossindicalismo e do sindicalismo revolucionário, consciente e sistematicamente, abordaram questões da produção e da reprodução social, questões de consumo, inclusive a oposição à apropriação de recursos e à poluição, contestando a cultura dominante através da elaboração de um projeto contracultural

multifacetado, e lutando contra as desigualdades de raça, etnia, gênero, e contra o colonialismo e o imperialismo, lutas centrais para seu projeto de emancipação.

O repertório de táticas e os campos de ação do anarquismo, do anarcossindicalismo e do sindicalismo revolucionário históricos e globais também incluíam lutas culturais, colocando em xeque as convenções sociais, incentivando a apropriação dos espaços públicos e urbanos, a utilização de redes de contatos, ação direta, organização horizontal e internacionalismo. Eles anteciparam os movimentos contemporâneos ao defender as redes transnacionais e intercontinentais e as alianças amplas, formulando e promovendo um discurso universal anticapitalista, anti-imperialista, antiestatista, e que defendia a dignidade humana e a liberdade, e se opunha não só à exploração econômica, mas a todas as formas de opressão: seu projeto envolvia um compromisso com a emancipação holística individual e coletiva, não só para o proletariado industrial, mas para todos os condenados da terra, seus movimentos, no mundo colonial, pós-colonial e em toda parte, estendendo a mão para “camponeses, povos indígenas, subproletários, artesãos e intelectuais radicais”, para forjar “alianças revolucionárias”. (Hirsch e van der Walt, 2010b: 400-401)

ALÉM DA POLÍTICA DO “NÃO”

O crescente movimento anarquista, anarcossindicalista e sindicalista revolucionário contemporâneo exige uma transformação radical, ao passo que esse início de século XXI apresenta uma situação marcada pelo desespero diante dos males da atual sociedade, e a esperança de que um novo mundo é possível, apesar da falta de visão geral do que esse novo mundo implicaria e de como ele poderia ser alcançado da melhor maneira.

Talvez o aspecto mais marcante da atualidade seja o fato de que a política progressista é, em grande medida, definida em termos *negativos*. Existem evidentemente lutas de massa contra as reestruturações contemporâneas, desde as “revoltas contra o FMI” dos anos 1980 na África até a insurgência zapatista dos anos 1990, da “Primavera Árabe” às greves e revoltas contra a austeridade na Europa Ocidental, no leste da Ásia e no sul da África. Mas, sem uma agenda clara, essas lutas são, em grande medida, definidas por aquilo *contra* aquilo que discordam: *antiglobalização*, *antiguerra*, *antiprivatização*, *anticapitalismo*.

As lutas de massa derrubaram regimes autoritários no mundo inteiro desde os anos 1980, criando *espaços* para o debate democrático que foram, contudo, tomados pelos partidos

neoliberais (como as falsas promessas na Zâmbia de Chiluba e no Brasil de Lula⁶), pelas oligarquias empresariais com lemas vazios (“Yes, We Can”: dos democratas de Obama, com suas guerras e sua austeridade), demagogos da velha escola que não toleram rivais (a Venezuela de Chávez, “socialismo” financiado pelo sistema de monopólio do petróleo, não muito diferente do sistema de Estado de bem-estar da Arábia Saudita, financiado nas mesmas bases) e o fundamentalismo religioso e nacional (tragicamente, são muitos para enumerar aqui⁷).

O parlamentarismo se espalhou dramaticamente, mas nos novos parlamentos, assim como nos antigos, os eleitores não têm controle sobre os parlamentares eleitos, nem tampouco qualquer envolvimento real nas tomadas de decisão, entregando efetivamente sua soberania aos conluíus dos políticos eleitos e partidos corruptos, logo cooptados pela classe dominante, que invariavelmente controla o Estado e a sociedade. Certamente, como insistiu o sábio anarquista Mikhail Bakunin, a “mais imperfeita república é mil vezes melhor que a monarquia mais esclarecida”, mas, acrescentava ele, parlamentarismo não é democracia. (Bakunin, [1867] 1971: 144) Os direitos formais oferecem, no máximo, apenas alguma proteção do Estado e dos capitalistas, mas isso dentro de uma ordem baseada em desigualdades massivas de renda e de poder de decisão, assim como de riqueza e poder em geral, alijando a personalidade humana na miséria, na ignorância e na exclusão.

O absentéismo é uma agenda positiva para a transformação, que vai além das vagas esperanças na democracia capitalista (esperança de fazer o quê?), ao mesmo tempo em que constitui uma celebração muitas vezes acrítica de acontecimentos bastante triviais – a presidência de Obama, a recente vitória e a espantosamente rápida adoção da austeridade pelo Syriza, levemente de esquerda, nas eleições gregas, são exemplos disso –, e uma forma rudimentar de anti-imperialismo e de política identitária.

Com o recuo das visões de transformação mais ousadas, por “ora, ao menos a agenda é de reforma e não de revolução”. (Hopkins, 2002: 19) Mas, para transformar a sociedade, é preciso haver uma visão abrangente de uma nova sociedade, e uma estratégia clara para se atingi-la, que não só reúna muitos espaços e formas de oposição, mas que também desenvolva espaços e formas de oposição capazes de derrotar e suplantar diretamente a ordem existente. Isso exige uma atenção bastante consciente à teoria (e não descartá-la, com algo dogmático), à

⁶ Assim, a imprensa econômica observa que a grande conquista de Lula é “completar a adoção no Brasil do capitalismo e da globalização”, apesar de ele ter concorrido à presidência com uma agenda antineoliberal. (Rachman, 2010)

⁷ O número de pessoas adeptas de uma das quatro principais religiões do mundo cresceu agudamente desde os anos 1970, representando 73% da população mundial em 2005. O crescimento mais forte foi, precisamente, entre as denominações religiosas mais restritas. (Cf. Hooper et al, 2010)

estratégia (em vez de criar um fetiche de um “movimento dos movimentos”, sem uma direção comum), e a uma visão realista da transição social (em vez de uma esperança ingênua de que o sistema irá se desintegrar diante das múltiplas lutas locais, de experimentos e instituições alternativas). As lutas diárias e as instituições de resistência certamente devem prefigurar um mundo melhor, mas isso não é o suficiente, porque o novo mundo é o objetivo final – e se trata de um objetivo difícil de atingir. Mas, dada a natureza do sistema existente, incluindo a estrutura profunda do neoliberalismo, apenas uma transformação coordenada, radical e decisiva será suficiente.

É exatamente isso que o PKK em Rojava tem demonstrado: a “Primavera Árabe” praticamente terminou no inverno, conforme as vagas exigências de “democracia” terminaram na eleição de outras forças, tão odiosas quanto os regimes derrubados – por exemplo, a Irmandade Muçulmana, no Egito – ou em guerras de todos contra todos, com forças da direita radical, como no caso dos radicais islâmicos, desempenhando papéis de destaque, assim como tentativas imperialistas – por exemplo, na Líbia e na Síria. Em contraste, o PKK, com uma organização que já era forte, de raízes profundas e com um programa emancipatório de confederalismo democrático e uma base de massas, conseguiu usufruir da difícil situação na Síria e na Turquia para implementar e defender militarmente uma ordem radical, inclusiva, não racial, de múltiplas denominações, construída de baixo para cima. Sem organização e programa, pouco será conquistado – e muito será perdido.

O FUTURO NO PRESENTE

É necessário rejeitar a “frequente suposição de que o socialismo revolucionário é totalmente abarcado pela designação ‘marxista-leninista’”, e redescobrir as tradições alternativas, libertárias, socialistas, como o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária. (Schechter, 1994: 1-2) Essas tradições, a meu ver, são capazes de fornecer potencialmente o aparato teórico e estratégico para rejeitar e superar não só o capitalismo, mas também o Estado e todas as formas de desigualdades sociais e econômicas. Segundo Arif Dirlik, “retomar o anarquismo, que o marxismo leninista suprimiu”, é repensar o próprio significado e as possibilidades da tradição socialista, e “retomar os ideais democráticos dos quais o anarquismo [...] serviu de repositório”. (Dirlik, 1991: 3-4, 7-8)

O objetivo fundamental do anarquismo é a mais completa realização de um projeto democrático e revolucionário; tal é a concretização da agenda anarquista, que pretende abolir a hierarquia e a exploração. Isso envolve, basicamente, a democratização de todas as esferas da vida social e a abolição de todas as formas de desigualdade social e econômica.

Normalmente, o anarquismo é representado na literatura de maneira enganosa. Ele é definido, essencialmente, como uma ideologia que se opõe ao Estado (por exemplo, Engels, [1872] 1972: 71; Kedward, 1971: 6; Statz, 1971: xiii) ou apenas como uma forma extremada de individualismo, relativismo ou violência (por exemplo: Feyerband, 1975⁸). A ideia de que qualquer doutrina oposta ao poder estatal seria “anarquista” é – quando examinada com atenção – bem absurda. Karl Marx, Friedrich Engels, V. I. Lênin, Leon Trotsky, Josef Stálin e Mao Tsé-Tung, todos buscavam, em teoria, um futuro em que o Estado “desapareceria”. (Bukharin, [1922] 1966: 74-75; Lênin, [1917] 1975: 257, 281; Mao, [1949] 1971: 372; Marx e Engels, [1848] 1954: 56-57; Stálin, 1942: 119-121, 267-268, 468-473) Por outro lado, o liberalismo econômico há algum tempo enfatiza sua desconfiança do poder estatal. Para Ludwig von Mises, Frederick von Hayek e Milton Friedman, o grande mérito do livre mercado é justamente o fato de fornecer limites ao poder estatal; para seus discípulos mais extremados, como Murray Rothbard, *todos* os serviços oferecidos pelo Estado – inclusive a manutenção da lei e da ordem – deveriam ser transferidos para indivíduos e empresas privadas. (Friedman e Friedman, 1982: 23-36; von Hayek, 1944: 14-16, 52, 53, 57; von Mises, [1922] 1981; Rothbard, 1988: 4, 7, 19, 23-24, 27-31, 46-47)

Assim, essa definição de antiestatismo revela seu absurdo fundamental: ela não diferencia marxismo de liberalismo, e tampouco não é capaz de distingui-los do anarquismo. Reduzir anarquismo a antiestatismo também ignora as raízes do movimento na esquerda revolucionária do movimento da classe trabalhadora moderna. Se a noção de que o anarquismo é apenas antiestatismo priva o anarquismo de seu conteúdo socialista e próprio da classe trabalhadora, a noção de que o anarquismo é um individualismo caótico ignora suas doutrinas e sua história.

Tampouco adiantará entender o anarquismo em termos de uma metodologia de luta, uma abordagem central na literatura supracitada acerca das influências anarquistas no movimento “antiglobalização” do final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Uma política de construção de movimentos de baixo para cima que prefiguram um futuro melhor e que utilizam a ação direta não é exclusividade do anarquismo, não constitui uma inovação dos anos 1990, e nem é necessariamente oriunda das tradições anarquistas; a construção de movimentos democráticos também não é, de maneira alguma, uma preocupação exclusivamente anarquista.

⁸ Por exemplo, Paul Feyerband (1975), defensor do relativismo epistemológico, e oponente do método científico, descreveu sua filosofia do “tanto faz” como uma abordagem “anarquista” do conhecimento.

O anarquismo não pode ser definido simplesmente como um método de luta: ele deve ser conceituado como algo mais que isso. Gordon quase admite esse problema, ao afirmar que “a origem do anarquismo contemporâneo” está em “movimentos que, a princípio, nunca foram conscientemente anarquistas”, ou quando sustenta que as posições da Ação Global dos Povos (AGP), iniciada pelos zapatistas, viriam “estabelecer o perímetro de um espaço político decididamente anarquista” no ocidente, apesar de haver poucos afiliados à AGP identificados com o anarquismo ou oriundos de suas fileiras. (Gordon, 2007: 32-33) Se esse fosse o caso, o que haveria de efetivamente “anarquista” no movimento “antiglobalização”? E, até que ponto faria sentido distinguir correntes e formações “anarquistas” e decididamente não anarquistas no movimento “antiglobalização”, como os *Tute Bianche* da Itália a AGP e os zapatistas?

E se o “movimento” anarquista é, na verdade, uma abordagem organizativa, e se essa abordagem existe sem os anarquistas e, na verdade, em casos como a AGP, os precede e se vale de outros recursos políticos, fica quase impossível falar de um “movimento” anarquista, ou mesmo falar em sua “retomada”. Na verdade, a própria utilização do rótulo “anarquista” poderia ser questionada, uma vez que – como Gordon observou – o “grosso do movimento opera através de organizações políticas informais e *ad hoc*, muitas vezes sem um rótulo anarquista explícito”, e costumando deliberadamente evitá-lo. (Gordon, 2007: 32-33)

Além do mais, ao insistir que o movimento anarquista dos anos 1990 rompeu com o anarquismo histórico e encontrou sua “fonte” em outros movimentos, como o ecológico e o feminista radicais, e no “internacionalismo antineoliberal” do “sul global”, Gordon tornou muito difícil demonstrar por que o “movimento” chamado “anarquista” deveria ser visto, antes de tudo, como “anarquista”. Sem uma linhagem ideológica e organizacional clara, provinda do anarquismo histórico, não fica claro o que seria especificamente “anarquista”.

É óbvio que o anarquismo é mais que uma oposição ao Estado, mais que um estilo de organização ou que uma perspectiva anticapitalista, ou mesmo que o rótulo de anarquista.

Como já apontei antes, embora o anarquismo seja antiestatista e favorável às lutas autoemancipatórias construídas de baixo para cima, inclusive a luta contra o capitalismo, ele não pode ser definido exclusivamente em relação a essas características. Em vez disso, ele precisa ser compreendido como uma ideologia e um movimento modernos, coerentes, que surgiram sob condições intelectuais, políticas e sociais particulares. Não há dúvida que um movimento anarquista organizado surgiu apenas na época da Primeira Internacional, e a “consciência geral de uma posição ‘anarquista’ só existiu depois da aparição de seus representantes no final da década de 1870”: o anarquismo “inicialmente pareceu a seus

contemporâneos um fenômeno novo”, a ser estudado, temido, policiado ou admirado. (Fleming, 1979: 16)

Esse “fenômeno novo” surgiu, mais especificamente, dentro da estrutura da Primeira Internacional, no seio das lutas que ocorreram dentro dela acerca da futura orientação do crescente movimento socialista da classe trabalhadora. Uma série de rupturas, exemplificada por grandes debates, especialmente o cisma entre Karl Marx e Mikhail Bakunin, e a cisão em 1872 entre um setor (pequeno, concentrado em Nova York) marxista e outro setor (majoritário, centrado em St. Imier) anarquista da Internacional. Em suma, o movimento anarquista nasceu na Primeira Internacional e vem fluindo como linhagem intelectual e organizacional, desde aquele então até o presente, e suas ideias centrais estão expressas nas obras de seus grandes representantes. Se o marxismo teve Karl Marx e Friedrich Engels, os dois grandes representantes anarquistas foram Bakunin e Kropotkin.

O termo “anarquismo” deveria ser utilizado em seu sentido correto para designar o socialismo racionalista, revolucionário e libertário, que surgiu na década de 1860, em oposição à hierarquia, à desigualdade social e econômica. Um socialismo que, por meio de uma luta de classes internacional, tem combatido em favor da autogestão, sustentando que ela deve ser exercida num sistema global de conselhos comunitários de trabalhadores federados, propriedade comunitária, planificação democrática levada a cabo de baixo para cima e produção visando a suprir necessidades e não gerar lucro. A oposição ao capitalismo é central na crítica anarquista, mas é apenas parte do anarquismo; a crítica anarquista abarca uma crítica da máquina do Estado em si, da família autoritária, do irracionalismo, do racismo, do imperialismo e de uma série de outros aspectos das estruturas sociais. É com base na oposição à desigualdade social e econômica, e à destruição da liberdade individual que o anarquismo rejeita o capitalismo; mas, pela mesma premissa, o anarquismo também rejeita o Estado enquanto monopólio do processo de tomada de decisões por uma classe dominante, assim como os sistemas de opressão de gênero, raça e nacionalidade. Portanto, o anarquismo propõe uma forma de socialismo libertário baseada na igualdade, na autogestão e na livre associação.

CONTRAPODER E CONTRACULTURA REVOLUCIONÁRIA

Centrais para o anarquismo histórico foram, tanto a construção de organizações alternativas *na luta* contra a classe dominante para conformar as bases de uma *revolução*, quanto a criação de uma *nova ordem social* autogerida e igualitária – aspectos que se expressam claramente no sindicalismo de intenção revolucionária.

Para a maioria dos anarquistas, isso significou a defesa do “anarquismo de massas”. No cerne da tradição do anarquismo de massas, está a visão de que é necessário construir um movimento popular revolucionário centrado na formação de órgãos de contrapoder, com o intuito de lançar as bases de uma nova ordem social que substitua o capitalismo, o latifundiário e o Estado. O anarquismo de massas enfatiza que apenas os movimentos de massa são capazes de criar uma transformação revolucionária na sociedade, que esses movimentos geralmente se constroem através de lutas a respeito de questões imediatas e reformas – salário, violência policial, carestia etc. –, e que os anarquistas devem participar desses movimentos para radicalizá-los e transformá-los em alavancas da transformação revolucionária. O essencial é que as reformas sejam conquistadas *de baixo para cima*: isso se distingue das reformas que são feitas de cima para baixo, as quais terminam por minar os movimentos populares.

Contudo, um movimento desses não pode se desenvolver efetivamente sem uma ideia revolucionária. Sem uma visão revolucionária – a visão de um futuro anarquista, e os meios para realizá-lo – insistia Bakunin, as classes populares estarão condenadas a repetir o ciclo infinito da sociedade de classes: as revoluções vêm e vão, um rei substitui outro, um explorador substitui outro. Ele enfatizava a necessidade de uma “nova filosofia social”, de uma “nova fé” na possibilidade de uma nova ordem social, e na capacidade das pessoas comuns de criarem tal sociedade. (Bakunin, [1871c] 1971: 249, 250-251) Portanto, o projeto de construir o contrapoder – isto é, movimentos populares capazes de resistir e, enfim, suplantar, a classe dominante – teria de ser acompanhado da construção de uma contracultura revolucionária – isto é, uma visão de mundo anti-hegemônica –, *fora* do Estado e do capital, *contra* o Estado e o capital.

A linhagem mais importante do anarquismo de massas sempre foi o sindicalismo de intenção revolucionária, uma estratégia do anarquismo de massas que compreendia os sindicatos como órgãos *decisivos e insubstituíveis* de contrapoder, essenciais ao projeto de uma contracultura revolucionária, e como parte de uma luta de classes emancipatória mais ampla. Desenvolvido pelos anarquistas a partir da década de 1860, na Primeira Internacional, o sindicalismo de intenção revolucionária é uma *estratégia* anarquista – e, mais precisamente, uma expressão do anarquismo de massas. Os primeiros grandes sindicatos revolucionários surgiram não nos anos 1890, mas nos anos 1870, especialmente com a Federação Regional Espanhola da Primeira Internacional, formada em 1870, e o *Gran Círculo de Obreros Mexico*, em 1871.

Esse sindicalismo defende que os sindicatos – construídos a partir da luta diária, de uma prática radicalmente democrática e de educação popular – são alavancas cruciais da revolução, e podem até servir como núcleos de uma ordem socialista e livre. Ele pretende “erigir sobre as ruínas do velho mundo a livre federação das associações de trabalhadores”, “as sementes vivas da nova sociedade que substituirá o velho mundo” (Bakunin, [1871c] 1971: 255), uma “organização internacional séria das associações de trabalhadores de todas as terras, capaz de substituir esse mundo dos *Estados nacionais* que já se perece” (Bakunin, [1869] 1971: 174).

Não existe qualquer ilusão de que a prefiguração seja suficiente: um dia, o novo mundo deve suplantar, obrigatoriamente, a velha ordem, por meio de uma “greve geral” revolucionária. Isso inclui a ocupação dos locais de trabalho, com os trabalhadores sendo capazes de assumir o controle da produção e reorientá-la para as necessidades humanas e não para o lucro. Assim, o sindicalismo de intenção revolucionária vislumbra um sindicalismo radicalmente democrático como prefiguração do novo mundo, e visa a organizar trabalhadores independentemente de fronteiras nacionais e promover uma contracultura popular revolucionária. Ele rejeita as formas burocráticas de sindicalismo, assim como a noção de que os sindicatos devem se preocupar apenas com questões econômicas ou em eleger partidos políticos favoráveis aos trabalhadores.

POLÍTICA DE CLASSE ANTIAUTORITÁRIA: RETOMANDO A QUESTÃO DO ESTADO

Historicamente, o anarquismo se opõe à exploração e a todas as formas de dominação, embora sempre enfatize a perspectiva de classe. O motivo é, em parte, porque classe é uma forma única de opressão, uma vez que *apenas* as classes são exploradas e dominadas. A opressão de classe é um aspecto principal e irremovível da ordem social moderna, especialmente porque a exploração fornece à classe dominante os recursos econômicos básicos para manutenção do *statu quo*, e porque o controle dos recursos econômicos, incluindo aí o trabalho humano, é essencial a esse *statu quo*.

A ênfase na questão de classe não deve ser interpretada como um “obreirismo” rudimentar, uma vez que o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária sempre compreenderam a classe trabalhadora e o campesinato em termos bastante amplos: a classe trabalhadora inclui todos os trabalhadores assalariados *que não têm controle sobre seu trabalho*, sejam empregados da agricultura, da indústria ou dos serviços, incluindo trabalhadores temporários e informais, assim como suas famílias e os desempregados; o

campesinato inclui todos os pequenos agricultores que estão sujeitos ao controle e à exploração de outras classes, incluindo meeiros e arrendatários. Esses dois grupos – as massas trabalhadoras e pobres do planeta – podem ser agrupadas e chamadas de “classes populares”.

Seria um erro grave supor que a política revolucionária e classista do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária seja uma política relevante apenas para a figura estreitamente definida do “operário”. Não se trata de uma política confinada aos homens das fábricas e de capacetes, mas uma política que abarca a grande maioria da humanidade. Os relatórios de óbitos do proletariado industrial são muito exagerados – hoje, existem mais trabalhadores da indústria na Coréia do Sul do que havia no mundo inteiro quando apareceu o *Manifesto Comunista*, em 1848 (Harman, 1999: 614-615) –, e esta é apenas *uma* parte da classe trabalhadora, hoje a maior da humanidade. O campesinato vem logo a seguir, ainda predominante em vastas partes do mundo. (Bernstein, 2003: 3)

É crucial observar aqui que os anarquistas não querem dizer exatamente a mesma coisa que os marxistas ao definirem classe. Para Bakunin, o sistema de classes não deve ser definido simplesmente em termos econômicos, em termos de *relações de produção*, mas também em termos de *relações de dominação*; não só em termos da propriedade dos meios de produção, mas também da propriedade dos meios de *coerção* – a capacidade de fisicamente obrigar as decisões – e os meios de *administração* – os instrumentos que governam a sociedade.⁹ Em nossa época, os meios de coerção se concentram nas forças armadas, nos tribunais e nas prisões, e os meios de administração se concentram na burocracia do Estado.

Assim, a classe dominante inclui, mas não se restringe a: capitalistas (a “burguesia”) e proprietários de terras, que controlam os meios de produção, seja no setor privado ou no setor público-estatal. Essa classe *também* inclui os gestores do Estado: altos funcionários, juizes, militares de cúpula, prefeitos e parlamentares, cujo poder se deve essencialmente ao fato de possuírem os meios de coerção e de administração. Essa “propriedade” se expressa na forma centralizada do Estado, uma organização hierárquica que controla um território e garante esse controle por meio da força: um Estado forte, insistia Bakunin, só teria “uma única fundação sólida: a centralização militar e burocrática”. (Bakunin, [1873] 1971: 337)

⁹ Aqui estou expressando as teses anarquistas básicas sobre as classes na linguagem mais precisa e sucinta possível. Diferentes autores usaram terminologias diferentes para expressar as mesmas ideias, alguns enfatizando as relações de dominação, outros as relações de produção, mas nenhum deles adotando um simples modelo econômico de classes. Existe uma pequena literatura acadêmica sobre a teoria anarquista das classes: ela se concentra principalmente nas relações do anarquismo com as teorias da “nova classe”, sem discutir muito como o anarquismo teoriza as classes em geral. (Cf. por exemplo Szelenyi e Martin, 1988)

Em suma, os capitalistas são apenas *parte* da classe *dominante*.¹⁰ Essa definição de classe é diferente tanto da de Weber quanto da de Marx, que tinham uma mesma tendência a entender classe basicamente do ponto de vista econômico – o primeiro definiu classe como *oportunidades de vida*, “exclusivamente por interesses econômicos” (Weber, 1946: 181); o último definiu classe segundo a propriedade ou não dos meios de produção. Essas definições falham ao estabelecer a posição de classe das elites, cujo poder, em sua origem, é administrativo ou militar, mais do que econômico.

Embora sempre tenha havido uma corrente entre os anarquistas, anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionários que tendeu ao determinismo econômico, em sua forma mais sofisticada, a teoria anarquista desenvolveu uma análise notável e aberta das classes. Por exemplo, Bakunin deixou claro que os capitalistas, mesmo que fizessem parte da classe dominante, não eram necessariamente a parte *hegemônica*; ademais, a dinâmica da classe dominante não podia ser reduzida à questão da acumulação de riqueza.

A lógica do capital e a lógica do Estado, embora similares, não são, de forma alguma, idênticas. Assim como as corporações competem para aumentar o capital, vivo e morto, sob seu controle, também os Estados, observou Bakunin, competem para aumentar o território e a população sob seu controle. A competição capitalista encontra um paralelo na rivalidade geopolítica, que surge de um sistema de Estados nacionais competitivos, que segue uma lógica distinta: “todo Estado, para existir não só no papel mas de fato, para não ficar à mercê dos Estados vizinhos e ser independente, deve inevitavelmente lutar para se tornar um Estado invasivo, agressivo e conquistador”. (Bakunin, [1873] 1971: 339)

Então, para os anarquistas, Lênin estava certo ao alegar que o Estado é “um grupo de homens armados” que defende o capitalismo (Lênin, [1917] 1975), mas estava errado ao tratar esse “grupo” como mero *instrumento* dos capitalistas. Ele tinha sua própria dinâmica *irredutível* – a motivação da soberania – “para existir não só no papel mas de fato, para não ficar à mercê dos Estados vizinhos” – e o controle do território e da população – “se tornar um Estado invasivo, agressivo e conquistador” – e esses fatores explicam seu apoio aos capitalistas e sua autonomia diante deles.

Justamente porque o poder político-militar dos gestores do Estado se apoia em economias poderosas, deveríamos esperar que os Estados nacionais promovessem economias poderosas – e, na era moderna, isso significaria as economias industriais e capitalistas. É

¹⁰ Alguns círculos anarquistas usam o termo *burguesia* ou “classe capitalista” para falar da classe dominante como um todo. Este autor certamente incorreu neste equívoco, mas admite se tratar de uma formulação imprecisa, pois retira a atenção política e analítica do papel dos gestores do Estado.

justamente o que mostra a literatura acadêmica: Estados nacionais modernizados promovem o capitalismo e, onde for necessário, criam seus próprios capitalistas. Por exemplo, no Japão da era *Meiji* o Estado criou as principais indústrias e, deliberadamente, agiu no sentido de gerar uma burguesia forte; na União Soviética, o próprio Estado agia como uma corporação capitalista; na Zâmbia pós-colonial, o Estado nacionalizou as principais indústrias para financiar uma industrialização por substituição de importações; na China contemporânea o Estado limita os investimentos estrangeiros diretos, visando ao crescimento econômico. (Johnson, 1982; Buick e Crump, 1986; Onimode, 1986: 126-149; Lardy, 1992) Quanto mais fracos os capitalistas, defendia Alexander Gerschenkron, maior o papel do Estado na modernização econômica, uma vez que o Estado moderno precisa do capitalismo.¹¹ (Gerschenkron, 1944)

Em suma, insistia Bakunin, os gestores do Estado não são meros instrumentos dos capitalistas. O Estado moderno auxilia os capitalistas, não porque é subordinado aos capitalistas, mas porque os interesses dos gestores do Estado e dos capitalistas *convergem*. Assim, os capitalistas – e os latifundiários – e os gestores do Estado se unem por interesses convergentes na manutenção da exploração de classe e da dominação. Os Estados fortes precisam de capitalistas eficazes, uma vez que o processo de acumulação financia os recursos militares e burocráticos que sustentam o poder estatal.¹² Os capitalistas fortes precisam de um Estado eficaz, uma vez que esse Estado fornece os recursos administrativos e coercitivos que permitem a acumulação do capital. Assim, Kropotkin argumenta: o “Estado [...] e o capitalismo são conceitos inseparáveis, [...] unidos [...] pelo vínculo de causa e efeito, efeito e causa” (Kropotkin, [1912] 1970: 181).¹³

Em suma, não apenas as relações de produção e dominação são profundamente interligadas, mas também *muitas vezes* se reforçam mutuamente – mas *nem* sempre. A classe dominante possui interesses comuns básicos, mas as agendas imediatas dos capitalistas e dos gestores do Estado podem entrar em conflito – por exemplo, a respeito de impostos e regulamentações; um lado pode agir para prejudicar o outro – por exemplo, no caso de elites

¹¹ Assim, a modernização conduzida pelo Estado, apoiada pelos proprietários da terra da Alemanha e do Japão, implicava a criação de uma *burguesia*, e a da Coreia do Sul foi fundamentalmente motivada pela visão de usar o capital para construir uma economia forte para desviar o foco da independência nacional.

¹² Esse financiamento é, muitas vezes, garantido por várias formas de taxaço – sobre os salários, sobre o comércio e sobre os lucros – mas o Estado pode, onde tem suas empresas, garantir lucros diretamente, até mesmo gerando mais-valia sem a necessidade de envolver o mercado.

¹³ Os anarquistas estão “perfeitamente de acordo” com a definição de Estado como o grupo que sustenta a sociedade moderna através da lei e da ordem, acrescentando apenas que “a base dessa ordem e dessas leis é a escravização da vasta maioria das pessoas por uma minoria insignificante, e é precisamente esse o propósito a que o Estado serve”. (Makhno, [1926] 1997: 6)

estatais predatórias. Além disso, a classe dominante não possui um plano geral unificado; ela se estrutura conforme o país – não existe uma classe dominante global unificada –, os capitalistas competem em mercados, os Estados nacionais competem no sistema internacional; existem divisões raciais e nacionais, por setor, por departamento, por facção, por rede etc.

O que a classe dominante possui são organizações *permanentes* – corporações e Estados nacionais – capazes de manter sua dominação sobre as classes populares, fornecer unidade apesar da diversidade, resolver conflitos e desenvolver estratégias. Apesar de suas divisões, aqueles que controlam as corporações e aqueles que controlam os Estados são parte da *mesma* classe – suas contradições internas são conflitos secundários, frente ao conflito fundamental entre as classes – e seus interesses são incompatíveis com a liberdade e a igualdade das classes populares, porque os processos que beneficiam Estados nacionais e corporações são, em última análise, baseados exatamente na subjugação das classes populares.

As corporações, inclusive as corporações estatais, são o método principal de organizar a exclusiva propriedade de classe dos meios de produção, isto é, elas refletem relações de produção que se baseiam no domínio de classe, representado pelos capitalistas. Os Estados são o método principal de organizar a exclusiva propriedade de classe dos meios de coerção e de administração, isto é, eles refletem relações de dominação que se baseiam no domínio de classe, representado pelos gestores do Estado. Nenhum dos dois arranjos é compatível com uma ordem igualitária, socialista e libertária. “Principal”, eis a palavra-chave: como vimos, o Estado pode administrar corporações estatais-capitalistas e também participar das relações de produção, enquanto as corporações fazem uso extensivo do poder coercitivo e administrativo.

ANARQUISMO E SINDICALISMO DE INTENÇÃO REVOLUCIONÁRIA: DEMOCRACIA E SOCIALISMO SEM ESTADO

A principal conquista do projeto anarquista foi reconciliar a preocupação liberal com a liberdade individual e a preocupação socialista com a igualdade socioeconômica em uma ordem social profundamente democrática: o socialismo libertário, o comunismo anarquista ou o socialismo sem Estado.

Em outras palavras, a nova ordem social constituiria uma ruptura radical com ordem desigual contemporânea. Bakunin e Kropotkin insistiam que a “liberdade de todos os seres humanos” era o bem maior. (Bakunin, [1871a] 1971: 236-237) No entanto, a liberdade genuína exigia a igualdade social e econômica, a remoção das barreiras para o desenvolvimento individual e a participação por meio de um sistema de propriedade comum e de democracia participativa, estruturada em assembleias, delegações e uma federação global

de conselhos comunitários e de trabalhadores. Os anarquistas buscavam, disse Bakunin, “organizar a sociedade de tal maneira que cada indivíduo, homem ou mulher, pudesse encontrar, ao ingressar na vida, meios aproximadamente iguais para desenvolver suas diversas faculdades e utilizá-las em seu trabalho”. (Bakunin, [1871] 1993) Pois a “liberdade”, escreveu ele, é, “acima de tudo, eminentemente social, porque ela só pode ser realizada em sociedade e pela mais estrita igualdade e solidariedade entre os homens” e mulheres. (Bakunin, [1871a] 1971: 238)

Uma pessoa que está morrendo de fome, que está destruída pela pobreza, que todo dia está a ponto de morrer de frio e de fome, e que vê aqueles que ama sofrendo da mesma maneira, mas é incapaz de ajudá-los – essa pessoa não é livre, mas escrava. (Bakunin, [1871] 1985: 46)

Nessa nova ordem – que Kropotkin chamou de “comunismo anarquista” – não haveria capitalismo ou exploração, nem mercados ou mercadoria; não haveria Estados, nem tampouco qualquer outra forma de organização hierárquica e centralizada, baseada no domínio forçado por parte de minorias. Evidentemente, tal sociedade não poderia surgir sem uma revolução social, levada a cabo de baixo para cima, pela massa do povo – a classe trabalhadora e o campesinato como um todo, isto é, as “classes populares” – e baseada no mais firme internacionalismo, porque, como dizia Bakunin, “a questão da revolução [...] só pode ser resolvida com base na internacionalidade”. (Bakunin, [1869?] 1985: 14)

Com a criação do novo mundo, finalmente seria possível para todos os indivíduos desenvolver-se em seu pleno potencial por meio da cooperação com os outros, ou seja, uma “verdadeira individualidade”, como dizia Kropotkin, desenvolvida “através da prática da mais alta sociabilidade comunista”. (Kropotkin, [1902] 1970: 296-297) Os anarquistas concordam com a insistência liberal nos direitos inalienáveis e com a desconfiança do Estado. (Rocker, 1938) No entanto, rejeitam a fé liberal nos livres mercados: estes promovem a competição, a desigualdade, a privatização e a exclusão. O capitalismo não é definido pela competição, mas pelo monopólio; em vez de ser eficiente, insistia Kropotkin, ele produz sistematicamente menos bens essenciais e desperdiça vidas humanas. (Bekken, 1991) A teoria do livre mercado justifica “o direito ilimitado de explorar o proletariado” (Bakunin, [1870] 1971: 216-217; Kropotkin, [1912] 1970: 182-183) e “o individualismo burguês misantropo” (Kropotkin, [1902] 1970: 296-297).

Então, assim como o marxismo, o anarquismo rejeitou o capitalismo: Bakunin traduziu *Das Kapital* [*O Capital*] para o russo, considerando-o “profundo”, “luminoso” e

“decisivo” (Bakunin, [1871] 1993)¹⁴, e a doutrina anarquista em geral – ainda que criticamente – adotou a teoria econômica marxista como sua própria. Contudo, os anarquistas não se limitaram à crítica da exploração capitalista, embora isso fosse importante, mas se opuseram, por princípio e ativamente, a *todas* as formas de desigualdade social e econômica. O capitalismo era apenas parte de um problema maior de *hierarquia* na sociedade, isto é, da opressão em geral.

Mais do que na competição, os anarquistas viram a liberdade individual expressa através e dependente do cumprimento de obrigações comunitárias, por meio da cooperação, da tomada de decisões democrática e da igualdade social e econômica. A liberdade não seria, assim, encontrada fora da sociedade ou em competição com o resto da sociedade, mas numa revolução social que criasse a propriedade comum e a democracia participativa e descentralizada, e que acabasse com a pobreza e outras mazelas sociais. Bakunin insistia que a sociedade, “longe de diminuir [...] a liberdade, pelo contrário, cria a liberdade individual de todos os seres humanos”, pois a “sociedade é a raiz, a árvore, e a liberdade é seu fruto”. (Bakunin, [1871a] 1971: 236-237) Em outros termos, a igualdade e a democracia genuínas seriam os meios fundamentais de negar a dominação e a exploração de maneira geral: todos os principais recursos da sociedade – administração, coerção, produção – seriam retirados da elite e passariam ao controle popular, com a abolição do Estado e do capital, e com sua substituição pelo sistema de conselhos. Isso permitiria abolir a exploração e reconstruir o trabalho como atividade criativa e potencializadora, e também garantir o controle democrático de todas as esferas da sociedade e a erradicação da pobreza e do sofrimento. Nessa nova sociedade, haveria uma economia e uma política participativas, baseadas em valores como igualdade, solidariedade, diversidade e autogestão.¹⁵

A ênfase na mobilização classista não deve ser mal interpretada como um “economicismo”, uma vez que a luta de classes seria dirigida a uma transformação radical na sociedade, e não falsamente justaposta às lutas contra opressões não associadas às classes, uma vez que a luta contra todas as formas de opressão seria vista como parte central da luta de classes para transformar radicalmente a sociedade.¹⁶

A nova sociedade conscientemente erradicaria a pobreza, removeria as hierarquias de classe, raça, nacionalidade e gênero, deteria a destruição ambiental, promoveria uma visão de

¹⁴ Na juventude, Bakunin traduziu o *Manifesto Comunista* para o russo.

¹⁵ Para uma notável retomada recente de uma visão anarquista de economia participativa, cf. Albert, 2003.

¹⁶ Uma discussão mais completa da relação entre luta de classes e luta contra opressões não associadas às classes pode ser encontrada em: Lucien van der Walt, “Alternatives from the Ground Up: Globalization School Input on Anarchism/Syndicalism and Working Class Self-Emancipation in Post-Apartheid South Africa”, *WorkingUSA: The Journal of Labor and Society* (no prelo).

mundo racionalista e a inovação tecnológica, e criaria, enfim, uma comunidade humana universal. Justamente porque não estaria mais limitada à lógica da guerra e do lucro – porque, na verdade, o povo afetado pelas decisões seria o mesmo povo que tomaria essas decisões –, essa ordem social deteria e reverteria a catástrofe ambiental.

O anarquismo não “rejeita” a teoria moderna ou a modernidade (Pepper, 1993: 202); ele busca uma *modernidade revolucionária*, na qual a ciência, a tecnologia e a razão sejam utilizadas para a emancipação humana, com a história sendo conscientemente moldada pela ação humana. (Bookchin, 1977: 29-30) Bakunin acreditava na “absoluta autoridade da ciência” no campo do conhecimento (Bakunin, [1871a] 1971: 230-233) e defendia uma “educação científica geral” e universal no anarquismo (Bakunin, [1873] 1971: 327); para Kropotkin, o “método seguido pelo pensador anarquista” é o das “ciências naturais exatas” (Kropotkin, [1912] 1970: 150).

Embora promovesse o racionalismo, a nova ordem social permitiria a liberdade de expressão, de imprensa, de associação e de crença, total e incondicional. Como associação voluntária baseada no valor da liberdade individual, ela suporia certo acordo quanto a seus valores básicos – aqueles que discordassem desses valores não teriam nenhuma obrigação de permanecer dentro de uma sociedade em que se sentissem incomodados. Ainda assim, os dissidentes de todos os tipos poderiam utilizar seu espaço democrático, *mesmo que* para fazer campanha contra a democracia. Uma sociedade revolucionária e livre não se preserva, mas na verdade se destrói, quando permite apenas um espectro estreito de visões, violando seus princípios mais básicos; a liberdade de expressão significa a liberdade de discordar, inclusive a liberdade de ter a opinião mais questionável e impopular. Assim, diz Bakunin: “cada comando é um tapa na cara da liberdade”. (Bakunin, [1871a] 1971: 240)

Na verdade, se uma clara maioria decidisse, *por meio do processo democrático*, por exemplo, substituir o comunismo anarquista pelo capitalismo neoliberal sob regime militar – os anarquistas considerariam isso extremamente improvável, diante das vantagens do novo sistema para quase todo mundo, e uma vez que as pessoas seriam capazes de pensar racionalmente, mas, não obstante tudo isso, suponhamos que isso acontecesse –, essa substituição *deveria* ser implementada.

Uma sociedade revolucionária e livre deve contar com a possibilidade de resultados abertos e indeterminados em seus processos democráticos. Pois, não sendo assim, ela terminaria vazia de substância; ou então, na melhor das hipóteses, seus resultados seriam apenas formalmente democráticos. Por outro lado, para a minoria, coagir a maioria a ser livre significaria não preservar a liberdade, mas aboli-la tão seguramente quanto um movimento

majoritário pelo neoliberalismo e pela ditadura. Democracia significa democracia para todos e, em particular, a liberdade de discordar, como insistia Bakunin:

Sou verdadeiramente livre apenas quando todos os seres humanos, homens e mulheres, são igualmente livres, e quando a liberdade dos outros homens, longe de negar ou limitar minha liberdade, é, pelo contrário, sua premissa e sua confirmação necessária. (Bakunin, [1871a] 1971: 236-237)

Nada disso é possível sem reconhecer o princípio de que “os deveres de uma pessoa para com a sociedade estão indissociavelmente ligados a seus próprios direitos”. (Bakunin, [1867] 1971: 118) Com relação aos deveres, o sistema teria “como base essencial a *igualdade e o trabalho coletivo*” (Bakunin, [1872] 1971: 289): sem a produção, a sociedade entraria em colapso; e todos deveriam contribuir para o “bem-estar comum com todas as suas capacidades” (Kropotkin, [1887] 1970: 56, 59), porque o sistema de uns poucos ociosos vivendo às custas do trabalho de outros é justamente um dos males do capitalismo, que está associado à exploração. Entende-se que, quando o trabalho for libertado, trabalhar se tornará uma alegria, além de um dever, e conformará a base do comportamento individual responsável. (National Confederation of Labour, [1936] s/d.: 4)

Com relação aos direitos, o princípio básico é que as pessoas deveriam ser livres para fazer o que quisessem, desde que não violassem os direitos de outros. A sabotagem do processo democrático, seja enfraquecendo forçosamente o sistema democrático ou cometendo crimes contra indivíduos, não combina com uma sociedade livre, e reforça a hierarquia. Assim, numa sociedade anarquista, voltando ao nosso exemplo, uma minoria não poderia coagir uma maioria a adotar o neoliberalismo e a ditadura, mas essa minoria teria todo direito de promover suas opiniões e de tentar *persuadir* as pessoas de sua validade.

Algumas vezes os pós-estruturalistas alegam que a política e a revolução classistas são intrinsecamente autoritárias, um “imaginário jacobino” que supõe que as massas tenham – ou que devam ter – uma “única vontade coletiva perfeitamente unificada e homogênea”. (Laclau e Mouffe, 1985: 2)

No entanto, o anarquismo, o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário mostram que uma política revolucionária classista, centrada em um vivo e irrestrito processo democrático, é teoricamente possível e historicamente real. Os próprios anarquistas promoveriam a revolução, defenderiam a nova ordem, e participariam dela, mas jamais tentariam dominá-la como um partido ou uma elite; pelo contrário, eles lutariam para “dar rédeas soltas” às massas, com base em uma “liberdade incondicional”, e lutariam contra “toda ambição de dominar o movimento revolucionário do povo” por “grupos ou indivíduos”.

(Bakunin, [s/d.] 1980: 387) Eles lutariam contra os argumentos de que as liberdades deveriam ser restritas ao “interesse” da revolução, ou em “defesa” da revolução, porque são argumentos incompatíveis com a luta revolucionária pela emancipação humana. Adotadas para defender a revolução, essas medidas certamente a estrangulam tanto quanto um exército contrarrevolucionário.

Diante desses pontos, é perfeitamente compreensível que Bakunin e Kropotkin tenham dedicado tantos escritos para discutir assuntos como a autogestão no trabalho e na comunidade, a participação popular no planejamento econômico, crime e castigo, educação para a liberdade, um novo projeto de trabalho que rompa com as distinções entre trabalho intelectual e manual e entre o trabalho executivo e operacional, salvaguardas democráticas para minorias e o lugar do pluralismo político no socialismo. (Cf., especialmente, Bakunin, [1866] 1971; [1869] 1971; [1871c] 1971; [1872] 1998; Kropotkin, [1877] 1970; [1889] 1974; [1892] 1990) Como defende Wayne Price, “*o anarquismo é a democracia sem o Estado*”. (Price, 2007: 172)

A LÓGICA DA AUTOGESTÃO *VERSUS* A LÓGICA DO ESTADO

Diante da dinâmica particular do Estado, os anarquistas insistiram que a estrutura estatal sempre e necessariamente geraria resultados particulares. Se, como Weber, os anarquistas viram o Estado como uma organização centralizada, exigindo o monopólio legítimo da força dentro de um determinado território (Giddens, 1971: 156), eles rejeitaram a opinião de Weber de que a centralização burocrática é uma necessidade *técnica* – o único meio de fazer uma administração eficiente em larga escala.

É precisamente porque o Estado (e as corporações) serve às minorias dominantes – classes dominantes – que ele *deve* ser centralizado, uma vez que uma minoria só consegue dominar quando o poder administrativo está concentrado em poucas mãos, com as decisões, que são tomadas de cima para baixo, descem por uma cadeia de comando. É precisamente isso que permite que minorias que buscam soberania sobre povos e territórios (os gestores do Estado) e que buscam explorar o trabalho de outros (os capitalistas) alcancem seus objetivos.

A base do poder do Estado é a concentração dos meios de coerção e de administração nas mãos de poucos indivíduos. O Estado é eficiente apenas como meio de garantir à minoria o poder de classe; ele é profundamente *ineficiente*, se observado desde a perspectiva da emancipação das classes populares: ele alija a autoatividade popular [“as forças vivas de um país”], dizia Bakunin ([1871b] 1971: 269), e nunca consegue lidar efetivamente com “todos os inúmeros assuntos da comunidade”, dizia Kropotkin ([1887] 1970: 50).

Existe uma incompatibilidade fundamental entre a lógica do poder estatal e a lógica da autogestão popular. O domínio do Estado é incompatível com a democracia participativa e com a autogestão, uma vez que a estrutura do Estado é uma organização centralizada de dominação. Sobre isso, escreve Bakunin: “Seria obviamente impossível que algumas centenas de milhares ou mesmo dezenas de milhares ou, ainda, que apenas algumas centenas de homens exercessem esse poder” (Bakunin, [1872] 1971: 281; [1873] 1971: 330), uma vez que um Estado forte poderia ter “uma única fundação sólida: a centralização militar e burocrática” (Bakunin, [1873] 1971: 337). Trata-se de “um vasto matadouro ou de um enorme cemitério, onde todas as verdadeiras aspirações, todas as forças vivas de um país entram generosa e alegremente” mas que, entretanto, saem “massacradas e enterradas”. (Bakunin, [1871b] 1971: 269)

Mesmo em sua forma mais democrática (o parlamentarismo), o Estado reduz a participação política das massas à presença nas urnas de tantos em tantos anos – talvez com uma ou outra consulta nominal e inefetiva entre as eleições. Isso seria verdade, *mesmo que* o parlamento fosse um sistema de democracia representativa genuíno, uma caixa vazia a ser preenchida por planos e ações dos maiores partidos eleitos. Em todo caso, para os anarquistas, o parlamento simplesmente não é um instrumento para os eleitores, pois o Estado é muito maior que o parlamento: ele abarca uma grande burocracia, não eleita e centralizada, que orienta o parlamento; como organização, ele está fundamentalmente ligado à classe dominante. É precisamente por isso que sempre existe um contraste marcante entre a eficiência dos departamentos de Estado que servem às massas (por exemplo, a saúde pública) e dos departamentos que beneficiam os gestores do Estado (como a arrecadação de impostos) e os capitalistas (como o comércio e a indústria).

Portanto, qualquer estratégia que se baseie na tomada do poder do Estado, pacificamente ou não, necessariamente *reproduzirá* o atual problema da dominação de classe por meio da centralização autoritária. Mesmo o mais radical dos políticos eleitos é, por definição, *parte da classe dominante*; uma nova liderança no Estado, eleita ou não, significa simplesmente uma *mudança de pessoal* dentro da classe dominante. O Estado não pode ser utilizado para a emancipação popular. Ele exige um sistema de exploração para que sobreviva, de modo que não pode ser utilizado para abolir a exploração. Além do mais, o Estado é o principal meio de organização desse eixo do domínio de classe baseado na exclusiva propriedade dos meios de coerção e de administração. Aqueles que detêm o poder estatal, independentemente de sua ideologia, intenção ou origem social, sempre constituem um setor da classe dominante.

Não se trata de um problema moral, mas de uma realidade estrutural. Bakunin – que não tinha nenhuma dúvida de que os novos gestores do Estado não se responsabilizariam pelas massas e rapidamente abandonariam qualquer tipo de agenda genuinamente emancipatória – enfatizava que o problema não eram os indivíduos, mas as “posições institucionais” que eles ocupavam: é uma “característica do privilégio e de toda posição privilegiada aniquilar os corações e as mentes dos homens”. (Bakunin, [1871a] 1971: 228)

Em suma, existe uma *contradição* radical entre a democracia participativa, autogestionária, e o aparato do Estado; eles operam em lógicas incompatíveis. Essa é uma reivindicação confirmada pela experiência de todo e qualquer regime pós-colonial, onde os principais quadros dos movimentos de independência que adotaram o poder estatal se tornaram parte da classe dominante. Os militantes não transformam o Estado; o Estado que os transforma. Como Bakunin certa vez comentou: “Considere o revolucionário mais radical e o coloque no trono de todas as Rússias ou lhe dê um poder ditatorial, e antes que se passe um ano ele terá se tornado ainda pior que o próprio czar”. (apud Chomsky, 1970)

O exemplo mais dramático dessa contradição talvez seja a Revolução Russa, onde o Estado bolchevique, assumindo o poder em nome da classe trabalhadora e do campesinato, logo agiu contra os próprios *soviets* – conselhos de trabalhadores e soldados –, contra os comitês de fábrica, contra a cultura da esquerda, contra os sindicatos e os exércitos camponeses que lhe ajudaram a tomar o poder. Quando os soldados e marinheiros da base de Kronstadt, em Petrogrado, se sublevaram, em março de 1921, após a greve geral na cidade, exigindo liberdade de imprensa, eleições abertas para os *soviets*, libertação de prisioneiros e grevistas de esquerda, e o fim do confisco de excedentes de grãos, Trotsky rejeitou o “direito dos trabalhadores de eleger representantes passando por cima da vontade do partido”, porque o partido “tinha o direito de afirmar sua ditadura, mesmo que essa ditadura temporariamente entrasse em conflito com os humores passageiros da democracia dos trabalhadores”. (apud Nove, 1990: 181)

LIÇÕES DA ASCENSÃO E DA QUEDA DO ANARQUISMO E DO SINDICALISMO DE INTENÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Então, o anarquismo oferece não só uma profunda crítica da ordem atual, mas uma visão de um mundo novo e melhor; ele também sugere, como será apontado, diversas estratégias para se alcançar esse mundo. Aqui temos uma ideia de um projeto sistemático para substituir o neoliberalismo – e o capitalismo, que está por trás dele – por uma ordem social diferente. Também encontramos um registro de movimentos poderosos com impacto real na

sociedade. Historicamente, o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária desempenharam um papel essencial nas lutas populares, desde seu surgimento na Primeira Internacional. Por exemplo, anarquistas, anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionários desempenharam um papel importante em países coloniais e pós-coloniais, nas lutas contra o imperialismo e a opressão nacional em países como África do Sul, Argélia, Bulgária, China, Coreia, Cuba, Egito, Geórgia, Índia, Irlanda, Macedônia, México, Nicarágua, Porto Rico, República Checa, Taiwan e Ucrânia.

Hoje em dia, há uma retomada mundial do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária, uma nova onda que ainda segue em movimento. Sua agenda e sua teoria são bastante contestadas; suas atividades e abordagens diferem substancialmente em cada região; sua capacidade de consolidar seu poder de protesto em grandes movimentos de massa, capazes de transformações sociais construtivas, não foi ainda verificada; alguns que se identificam como “anarquistas”, na verdade, possuem um vínculo muito tênue, às vezes inexistente, com a tradição anarquista, para além do rótulo.

Mas o que toda a história do anarquismo demonstrou é que se os anarquistas não conseguirem se organizar com a base em um programa claro e com unidade organizacional – com táticas e posições teóricas compartilhadas, e também com responsabilidade coletiva –, ele perderá as oportunidades apresentadas a rivais mais organizados, muitos deles financiados por Estados e capitalistas:

O anarquismo não é uma bela utopia, nem uma ideia filosófica abstrata, mas um movimento social das massas trabalhadoras. Por esse motivo, ele deve reunir suas forças em uma organização, agitando constantemente, conforme exige a realidade e a estratégia da luta de classes. (Arshinov, Makhno et al., [1926] 2001: 4)

Os anarquistas são uma corrente, por exemplo, no movimento antiglobalização; mas sem um programa claro, eles serão substituídos e sua agenda será derrotada. Um programa exige a formação de grupos políticos especificamente anarquistas capazes de lutar pela liderança da ideia anarquista, de uma estratégia e de um resultado anarquistas; a disseminação do anarquismo exige esforços organizados. Isso é essencial para o sucesso desse projeto de contrapoder e contracultura.

CONCLUSÃO: CONTRAPODER, SINDICALISMO DE INTENÇÃO REVOLUCIONÁRIA E PREFIGURAÇÃO

Como alternativa ao marxismo clássico, ao nacionalismo e à socialdemocracia, Bakunin e Kropotkin insistiram que a sociedade nova e melhor, do “comunismo anarquista”, deveria ser criada de baixo para cima, por meio das lutas autogestionárias de movimentos democráticos e participativos das “classes populares”, ou seja, a classe trabalhadora e o campesinato como um todo. Isto é, esses movimentos devem encarnar no *presente* as formas e valores que buscam alcançar no futuro – eles devem *prefigurar* o futuro. Usufruir da hierarquia seria reproduzir o presente; o amanhã, em outras palavras, deve ser construído hoje.

Uma “nova fé” deve animar os movimentos populares que prefiguram a nova sociedade, que são construídos na luta, que operam *fora do Estado e contra o Estado*, assim como contra o capital, e que unem as classes populares em uma frente revolucionária, construindo o contrapoder. Tal movimento deve se engajar nas lutas em torno de reformas, mas deve visar, em última análise, a constituir as bases de uma nova sociedade dentro da antiga, uma nova ordem social incipiente que, enfim, destruirá a antiga e a substituirá. Assim, o contrapoder motivado pela contracultura revolucionária acabará, enfim, substituindo o poder da ordem atual, criando uma nova sociedade, na qual, por meio da democracia radicalmente participativa e da propriedade socializada, o poder estará nas mãos de todos. O poder não será abolido; ele será tomado por todos. Nas palavras de Nestor Makhno, figura central na Revolução Ucrainiana dos anarquistas:

Nós venceremos. Mas não venceremos para repetir os erros dos anos passados, o erro de colocar nosso destino nas mãos de novos senhores; venceremos para tomar nossos destinos em nossas próprias mãos, para conduzir nossas vidas de acordo com nossa própria vontade e nossa concepção da verdade. (apud *Scottish Anarchist*, 1997)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, M. *Parecon: Life after Capitalism*. Londres/Nova York: Verso, 2003.

ALTERNATIVE LIBERTAIRE. “Spain: CGT is now the Third Biggest Union.” *Alternative Libertaire*, novembro, 2004.

ANDERSON, B. *Under Three Flags: Anarchism and the Anti-colonial Imagination*. Londres: Verso, 2006.

_____. “Preface.” In: S.J. HIRSCH & L. VAN DER WALT (orgs.) *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The Praxis of National Liberation, Internationalism and Social Revolution*. Leiden/Boston: Brill, 2010.

- ARSHINOV, P, MAKHNO, N, METT, I. & LINSKY, V. *The Organisational Platform of the Libertarian Communists*. Dublin: Workers Solidarity Movement, [1926] 2001.
- BUKHARIN, N. *The ABC of Communism*. Michigan/Toronto: University of Michigan Press/Ambassador Books, [1922] 1966.
- BAKUNIN, M. “The Revolutionary Catechism.” In S. DOLGOFF (org.) *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: George Allen and Unwin, [1866] 1971.
- _____. “Federalism, Socialism, Anti-Theologism.” In S. DOLGOFF (org.) *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: George Allen and Unwin, [1867] 1971.
- _____. “The policy of the International.” In S. DOLGOFF (org.) *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: George Allen and Unwin, [1869] 1971.
- _____. “Letters to a Frenchman on the Current Crisis.” In S. DOLGOFF (org.) *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: George Allen and Unwin, [1870] 1971.
- _____. “God and State.” In S. DOLGOFF (org.) *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: George Allen and Unwin, [1871a] 1971.
- _____. “The Paris Commune and the Idea of the State.” In S. DOLGOFF (org.) *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: George Allen and Unwin, [1871b] 1971.
- _____. “The Programme of th Alliance.” In S. DOLGOFF (org.) *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: George Allen and Unwin, [1871c] 1971.
- _____. “Letter to *La Liberté*.” In S. DOLGOFF (org.) *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: George Allen and Unwin, [1872] 1971.
- _____. “Statism and Anarchy.” In S. DOLGOFF (org.) *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: George Allen and Unwin, [1873] 1971.
- _____. “On the Internal Conduct of the Alliance.” In S. DOLGOFF (org.) *Bakunin on Anarchism*. Montréal: Black Rose, [s/d.] 1980.
- _____. “Geneva’s Double Strike.” In R.M. CUTLER (org.) *Mikhail Bakunin: From out of the Dustbin: Bakunin’s Basic Writings, 1869-1871*. Ann Arbor, MI: Ardis, [1869] 1985.
- _____. “Three Lectures to Swis Members of the International.” In R.M. CUTLER (org.) *Mikhail Bakunin: From out of the Dustbin: Bakunin’s Basic Writings, 1869-1871*. Ann Arbor, MI: Ardis, [1871] 1985.
- _____. *The Capitalist System*. Champaign, IL. Libertarian Labor Review publishers, [1871] 1993.
- BERNSTEIN, H. “Farewells to the Peasantry.” *Transformation: Critical Perspectives on Southern Africa* 52: 3, 2003.
- BOOKCHIN, M. *The Spanish Anarchists: The Heroic Years, 1868-1936*. Nova York/San Francisco/Londres: Harper Colophon Books, 1977.
- BRAY, M. *Translating Anarchy: The Anarchism of Occupy Wall Street*. United Kingdom: Zero Books, John Hunt Publishing, 2013.
- BUICK, A, & CRUMP, J. *State Capitalism: The Wages System under New Management*. Londres: Macmillan, 1986.

- CHOMSKY, N. "Government in the Future." Lecture, Poetry Centre Nova York, YM-YWMA, 16 de fevereiro de 1970.
- CONFÉDÉRATION NATIONALE DU TRAVAIL (CNT-F). "Conférences Internationales Syndicales –'107'." Report on the International Conference, 28 de abril a 1º de maio de 2007[a]. Disponível em <http://www.anarkismo.net/article/5434>.
-
- _____. "Consolidate International Solidarity." Report on the International Conference, 28 de abril a 1º de maio de 2007[b]. Disponível em <http://www.cnt-f.org/spip.php/article345>.
- DRAKONIS, A. "Space and Society of Greek Anarchism: A Socio-spatial Anatomy of the Greek Anarchist Movement in the 21st Century." Artigo apresentado na conferência European Social Science History, Viena, Áustria, 23-26, abril de 2014.
- DIRLIK, A. *Anarchism in the Chinese Revolution*. Los Angeles/Londres: University of California Press, 1991.
- ENGELS, F. "Letter to C. Cuno in Milan." In N.Y. Kolpinsky (org.) *Marx, Engels, Lenin: Anarchism and Anarcho-Syndicalism*. Moscou: Progress Publishers, [1872] 1972.
- EPSTEIN, B. "Anarchism and the Anti-Globalisation Movement." *Monthly Review* 53(4): 1-14, 2001.
- FEYERBAND, P. *Against Method: Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge*. Londres: New Left Books, 1975.
- FLEMING, M. *The Anarchist Way to Socialism: Elisée Reclus and Nineteenth-century European Anarchism*. Londres/New Jersey: Croom Helm/Rowman and Littlefield, 1979.
- FRIEDMAN, M. (com Friedman, R.). *Capitalism and Freedom*. Chicago: Chicago University Press, 1982.
- GERSCHENKRON, A. *Economic Backwardness in Historical Perspective*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1944.
- GIDDENS, A. *Capitalism and Modern Social Theory: An Analysis of the Writings of Marx, Durkheim and Max Weber*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- GORDON, U. "Anarchism Reloaded." *Journal of Political Ideologies* 12(1): 29-48, 2007.
- GUÉRIN, D. *Anarchism: From Theory to Practice*. Nova York: Monthly Review Press, 1970.
- HARMAN, C. *A People's History of the World*. Londres/Chicago/Sydney: Bookmarks, 1999.
- HIRSCH, S.J. & VAN DER WALT, L. "Final Reflections: The Vicissitudes of Anarchist and Syndicalist Trajectories, 1940 to the Present." In S.J. HIRSCH & L. VAN DER WALT (orgs.) *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The Praxis of National Liberation, Internationalism and Social Revolution*. Leiden/Boston: Brill, 2010a.
-
- _____. "Rethinking Anarchism and Syndicalism: The Colonial and Post-colonial Experience, 1870-1940." In S.J. HIRSCH & L. VAN DER WALT (orgs.) *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The Praxis of National Liberation, Internationalism and Social Revolution*. Leiden/Boston: Brill, 2010b.
- HOBSBAWM, E. *Revolutionaries*. Londres: Abacus, 1993.
- HOOPER, J, BUTT, R. CARROLL, R. & RICE, X. "Developing World Embraces the Rigid Faith Spurned by Secular Europe." *Mail and Guardian*, 24-30 September 2010.
- HOPKINS, A.G. "The History of Globalisation – and the Globalisation of History?" In A.G. HOPKINS (org.) *Globalisation and World History*. Londres: Pimlico, 2002..
- JOHNSON, C. *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1982.
- JUNG, M.E. & DÍAZ, U.R. *Juan Carlos Mechozo: Anarquista*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2006.

- KEDWARD, R. *The Anarchists: The Men Who Shocked an Era*. Londres/Nova York: Library of the Twentieth Century, 1971.
- KROPOTKIN, P. "Prisons and Their Moral Influence on Prisoners." In R.N. BALDWIN (org.) *Kropotkin's Revolutionary Pamphlets: A Collection of Writings by Peter Kropotkin*. Nova York: Dover Publications, [1877] 1970.
- _____. "Anarchist Communism: Its Basis and Principles." In R.N. BALDWIN (org.) *Kropotkin's Revolutionary Pamphlets: A Collection of Writings by Peter Kropotkin*. Nova York: Dover Publications, [1887] 1970.
- _____. "Letter to Nettlau." In M.A. MILLER (org.) *Selected Writings on Anarchism and Revolution: P.A. Kropotkin*. Cambridge, MA/Londres: M.I.T. Press, [1902] 1970.
- _____. "Modern Science and Anarchism." In R.N. BALDWIN (org.) *Kropotkin's Revolutionary Pamphlets: A Collection of Writings by Peter Kropotkin*. Nova York: Dover Publications, [1912] 1970.
- _____. *Fields, Factories and Workshops Tomorrow* (revisado e editado por C. Ward (org.)). Londres: George Allen and Unwin, [1899] 1974.
- _____. *The Conquest of Bread*. Londres: Elephant Editions, [1892] 1990.
- LACLAU, E. & MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Londres: Verso, 1985.
- LARDY, N. *Foreign Trade and Economic Reform in China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- LENIN, V.I. "The State and Revolution: The Marxist Theory of the State and the Tasks of the Proletariat in the Revolution." In V.I. LENIN (org.) *Selected Works in Three Volumes*. Moscow: Progress Publishers, [1917] 1975.
- MAO, Z. "On People's Democratic Dictatorship: In Commemoration of the Twenty-Eighth Anniversary of the Communist Party of China." In Editorial Committee for Selected Readings from the Works of Mao Tsetung (orgs.) *Selected Readings from the Works of Mao Tsetung*. Pequim: Foreign Languages Press, [1949] 1971.
- MAKHNO, N., ARSHINOV, P. ET AL. *The Organisational Platform of the Libertarian Communists*. Dublin, Workers Solidarity Movement, [1926] 2001.
- MARX, K. & ENGELS, F. *The Communist Manifesto*. Chicago: Henry Regnery Company, [1848] 1954.
- MEYER, G. "Anarchism, Marxism and the Collapse of the Soviet Union." *Science and Society* 67(2), 2003.
- NATIONAL CONFEDERATION OF LABOUR. *Resolution on Libertarian Communism as Adopted by the Confederacion Nacional Del Trabajo, Zaragoza, 1 May 1936*. Durban: Zabalaza Books, [1936] s/d.
- NESS, I. (org.). *New Forms of Worker Organisation: The Syndicalist and Autonomist Restoration of Class Struggle Unionism*. Oakland, CA: PM Press, 2014.
- NOVE, A. *Studies in Economics and Russia*. Nova York: St Martin's Press, 1990.
- ONIMODE, B. *A Political Economy of the African Crisis*. Londres: Zed Books, 1986.
- PEPPER, D. *Eco-Socialism: From Deep Ecology to Social Justice*. Londres/Nova York: Routledge, 1993.
- PRICE, W. *The Abolition of the State: Anarchist and Marxist Perspectives*. Bloomington/Milton Keynes: AuthorHouse, 2007.

- PURKIS, J. & BOWEN, J. “Introduction: Why Anarchism Still Matters.” In J. PURKIS & J. BOWEN (orgs.) *Changing Anarchism: Anarchist Theory and Practice in a Global Age*. Manchester: Manchester University Press, 2004.
- RACHMAN, G. “The Realities Behind the Cult of Lula.” *Financial Times*, 28 de setembro de 2010.
- ROCKER, R. *Anarcho-sindicalism*. Londres, Pluto Press, [1938] 1989.
- ROSS, C. “Power to the People: A Syrian Experiment in Democracy.” *Financial Times*, 23 October 2015.
- ROTHBARD, M. *Ludwig von Mises: Scholar, Creator, Hero* (Ludwig von Mises Institute), 1988. Disponível em: <http://www.mises.org/rothbard/scholarhero.pdf>.
- SCHECHTER, D. *Radical Theories: Paths beyond Marxism and Social Democracy*. Manchester: Manchester University Press, 1994.
- SCOTTISH ANARCHIST. “Land and Freedom.” *Scottish Anarchist* newspaper, 3, 1997.
- STALIN, J. *Leninism: Selected Writings*. Nova York: International Publishers, 1942.
- STATZ, M. “Introduction.” In M. STATZ (org.) *The Essential Works of Anarchism*. Nova York: Bantam, 1971.
- SZELENYI, I. & MARTIN, B. “The Three Waves of New Class Theories.” *Theory and Society* 17(5), 1988.
- TAYLOR, P.J. “The Crisis of the Movements: The Enabling State as Quisling.” *Antipode* 23(2), 1991.
- VAN DER WALT, L. “Self-Managed Class-struggle Alternatives to Neo-liberalism, Nationalisation, Elections.” *Global Labour Column* 213, outubro de 2015.
- _____. “Alternatives from the Ground Up: Globalization School Input on Anarchism/Syndicalism and Working Class Self-Emancipation in Post-Apartheid South Africa,” *WorkingUSA: The Journal of Labor and Society*, no prelo.
- VON HAYEK, F.A. *The Road to Serfdom*. Londres: Routledge, 1944.
- VON MISES, L. *Socialism*. Indianapolis: Liberty Classics, 1922.
- WALTON, J. & SEDDON, D. *Free Markets and Food Riots: The Politics of Global Adjustment*. Oxford/Cambridge: Blackwell Publishing, 1994.
- WEBER, M. “Class, Status, Party.” In C.W. MILLS (org.) *From Max Weber*. Nova York: Oxford University Press, 1946.

*** Tradução: Alexandre Barbosa de Souza**

*** Revisão e edição: Felipe Corrêa**